



SJTO divulga resultado final da seleção para curso de conciliadores

A Seção Judiciária do Tocantins divulgou na última sexta-feira (1º) o resultado final da seleção para o I Curso de Capacitação de Conciliadores da Justiça Federal. Foram 58 candidatos aprovados em Palmas, Araguaína e Gurupi. O edital apresenta a lista com os nomes e as notas dos candidatos aprovados, desclassificados e dos não aptos. O curso será realizado no mês de maio, na sede da SJTO, na capital.

Desde o dia 18 de março, data do início da vigência do novo Código de Processo Civil (CPC), a demanda por profissionais especializados em conciliação passou a ser maior, pois o Código atual prevê as audiências de conciliação como fase obrigatória da tramitação processual. A formação de conciliadores federais ocorrerá para atender essa demanda. O curso será realizado pela SJTO em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os Tribunais Regionais Federais da Primeira e Quarta Regiões.

O conciliador atuará para facilitar o diálogo entre as partes envolvidas nas audiências de conciliação da Justiça Federal no Tocantins. A atividade de conciliador voluntário será exercida gratuitamente.

Com informações da SJTO

PJe será implantado na Seção Judiciária do Mato Grosso no dia 13 de abril



Na próxima segunda-feira, 11 de abril, será realizada a solenidade de instalação dos trabalhos de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Seção Judiciária de Mato Grosso.

Conforme previsto na Portaria Presi 45/2016, o sistema eletrônico entrará em operação na SJMT e em suas respectivas subseções judiciárias, abrangendo, no primeiro grau de jurisdição, mandado de segurança individual e coletivo e ação monitória e, no segundo grau de jurisdição, apelação e agravo de instrumento que tramitem no PJe em 1º grau, mandado de segurança individual e coletivo sujeito à competência originária do Tribunal e suspensão de segurança nos processos originários do PJe.

Atualmente, na Justiça Federal da 1ª Região, o PJe está em funcionamento no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Distrito Federal (SJDF), de Goiás (SJGO), do Tocantins (SJTO), de Roraima (SJRR), do Maranhão (SJMA), do Acre (SJAC), de Rondônia (SJRO), do Amapá (SJAP) e do Amazonas (SJAM).

Com informações da Secos/MT

CNJ envia a magistrados perguntas sobre Política de Priorização do 1º Grau

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encaminhou, no dia 29 de março, aos magistrados de todo País, um questionário com o objetivo de reunir subsídios para acompanhamento e eventual adequação da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução 194/2014 do CNJ.

Os magistrados têm até o dia 8 de abril para responder às perguntas, que serão avaliadas pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau do CNJ, presidido pelo conselheiro Bruno Ronchetti, e deverão ser discutidas na próxima reunião do Comitê, em abril.

O questionário aborda as reais dificuldades e necessidades vividas pelos juízes, como, por exemplo, a satisfação em relação ao número de servidores na unidade judiciária em que trabalha e a sua avaliação em relação à distribuição do orçamento do tribunal.

No último dia 11, o CNJ encaminhou questionários sobre o mesmo tema aos Comitês Gestores da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau dos tribunais, que já foram respondidos.

O contato com o Primeiro Grau de jurisdição e o fortalecimento das ações estratégicas voltadas para a solução de problemas e melhoria das condições de trabalho dos juízes integram as diretrizes de gestão da Presidência do CNJ para o biênio 2014/2016 (Portaria 16/2015).

Com informações do CNJ

CJF libera mais de R\$ 180 milhões em RPVs para a 1ª Região

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou para os Tribunais Regionais Federais (TRFs) R\$ 653.175.445,89 relativos às Requisições de Pequeno Valor (RPVs) autuadas em fevereiro de 2016. Para o TRF da 1ª Região foram liberados mais de R\$ 187,4 milhões. Deste valor, R\$ 146,8 milhões são destinados ao pagamento de benefícios previdenciários, contemplando 9.893 pessoas, em 10.786 ações.

Seção Judiciária de Minas Gerais cria novo serviço de informações ao cidadão

Começou a funcionar nesta segunda-feira (4) o Serviço de Informação e Cidadania (SEIC) da Seção Judiciária de Minas Gerais. Regulamentado pela Portaria DIREF-CEJUC nº 40, de 17 de março de 2016, o SEIC tem por objetivo centralizar e aperfeiçoar o atendimento ao cidadão, oferecendo-lhe informações com mais qualidade e direcionando-o, quando necessário, aos setores competentes para solução de suas demandas.

O SEIC tem como principal atribuição realizar a gestão da informação pública de forma transparente, mantendo a integridade e a autenticidade dessa informação.

Os cidadãos receberão atendimento telefônico, via e-mail ou presencial, de servidores e funcionários terceirizados especialmente treinados para essa atribuição.

O SEIC funcionará no Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária de Minas Gerais (CEJUC-SJMG), localizado na Rua Santos Barreto, 181. O telefone é (31) 3501-1800.

Com informações da Secos/MG